

CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL VÁLIDA PARA INSTRUÇÃO PROCESSUAL

 Nome: **FRANCISCA JULIANE BATISTA DO NASCIMENTO**

 CPF: **802.408.443-00**

 Filiação: **FRANCISCA BATISTA DO NASCIMENTO**
FRANCISCO ALVES DO NASCIMENTO

Antes de tudo... o que é "instrução processual"?

É uma fase do processo judicial em que são coletadas e examinadas todas as evidências e argumentos das partes envolvidas no caso. Inclui a apresentação de documentos, testemunhos, perícias e outras provas.

O que se certifica?

Certifica-se que, em consulta realizada nos sistemas informatizados, de 1º e 2º Grau, do Poder Judiciário do Estado do Ceará, nos processos de natureza criminal, verificou-se **nada constar** contra a pessoa acima indicada.

Contempla processos distribuídos aos **Juizes Criminais, de Crimes Contra a Ordem Tributária, do Júri, de Tráfico de Drogas, da Justiça Militar, de Penas Alternativas, de Execução Penal, dos Delitos de Organizações Criminosas, Juizados Especiais Criminais e Juizado de Violência Contra a Mulher.**

Para que serve esta certidão?

Esta certidão serve para ser usada, durante o processo judicial, para mostrar se a pessoa mencionada tem ou não histórico de envolvimento em processos criminais.

Outras informações importantes

- Esta certidão não inclui infrações cometidas por crianças e adolescentes, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990).
- A certidão é válida por 30 dias corridos, a partir da data em que foi emitida.
- Os dados fornecidos são de responsabilidade da pessoa solicitante, e devem ser conferidos pelo interessado ou destinatário.

O referido é verdade e dou fé*.
Fortaleza, **30 de Julho de 2026 às 13:55:34.**

Elaborado por: **Certidão emitida automaticamente**

(*) "Fé pública" é a confiança jurídica de que documentos e atos realizados por funcionários e órgãos públicos são verdadeiros e legítimos.

Você pode confirmar a autenticidade desta certidão no site:



Código de autenticação: **1043816811.**
Para consultar a autenticidade do documento, acesse: https://autdoc.tjce.jus.br/?code_document=1043816811/